

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 14)

**SALÁRIOS E NEGOCIAÇÃO SALARIAL NAS CATEGORIAS
DOS METALÚRGICOS E TÊXTEIS DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO: 1982 - 1988***

Paulo Eduardo de Andrade Ballar**

Campinas, abril de 1990

* Este artigo utiliza os resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPQ "Política Salarial, Negociação Coletiva e Salários industriais". Agradeço a Paulo Rehder a colaboração no processamento dos dados e elaboração das tabelas.

** Professor do Instituto de Economia.

SALÁRIOS E NEGOCIAÇÃO SALARIAL NAS CATEGORIAS DOS METALÚRGICOS E TÊXTEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: 1982 - 1988

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

A apuração rigorosa da evolução do poder de compra dos Salários ao longo da década de oitenta é uma tarefa difícil. Destacam-se dois problemas básicos. Em primeiro lugar, a medição de uma inflação elevada e com profundas mudanças de ritmo, acentuadas pela alternância de períodos de congelamento dos preços e total descontrole dos seus aumentos. Em segundo lugar, a necessidade de isolar o verdadeiro comportamento dos salários, separando dele, as mudanças que ocorreram na estrutura do emprego que tem efeitos importantes sobre qualquer medida de tendência central da distribuição dos salários.

Este trabalho estuda o comportamento dos salários de trabalhadores pertencentes a duas categorias profissionais importantes do município de São Paulo, os metalúrgicos, e os têxteis. A experiência de negociação coletiva dessas duas categorias profissionais foi analisada, junto com a de uma terceira categoria, a dos químicos, num trabalho recente que mostrou que elas conduziram a reajustes de salário maiores que o estabelecido pela política salarial do governo e que eles foram bastante semelhantes nas duas categorias profissionais¹. Pretende-se complementar esses achados empíricos com uma análise do comportamento efetivo dos salários dos empregados pertencentes as duas categorias profissionais, tentando estimar o que pode ser descrito como decorrência dos reajustes das categorias profissionais, procedendo a uma comparação entre elas a esse respeito.

Para enfrentar o problema da medição dos aumentos de preços optou-se pelo Índice de Custo de Vida calculado pelo DIEESE no município de São Paulo. Numa apreciação global, esse indicador aponta aumentos de custo de vida nos anos oitenta de maior magnitude que o Índice de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE para a região metropolitana de São Paulo (tabela 1). As diferenças são significativas nos anos

¹ Sandra Brandão. Política Salarial e Negociação Coletiva - o caso das categorias metalúrgica, química e têxtil do município de São Paulo - 1978-89. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1991. mimeo.

1983, 1986 e 1987. A acumulação dessas diferenças faz o índice do DIEESE acusar uma, variação total de custo de vida no período 1982-1988 que é cerca de 20% superior ao apontado pelo indicador do IBGE.

Tabela 1
Custo de Vida em São Paulo 1982-1988

Ano	Índices		Variação Anual		Diferenças	
	ICV-DIEESE	INPC-AMPLO	DIEESE	IBGE	ABSOLUTA	RELATIVA
1982	100.00	100.00	-	-	-	-
1983	246.96	233.00	146.96	133.00	13.96	5.99
1984	706.19	677.00	185.95	190.56	-4.61	-1.59
1985	2.330.49	2.225.52	230.00	228.73	1.27	0.39
1986	6.056.07	5.592.73	159.86	151.30	8.56	3.41
1987	22.507.04	18.603.71	271.64	232.64	39.00	11.72
1988	160.220.06	133.628.72	611.87	618.29	-6.42	-0.89

Fonte: DIEESE.

A razão principal da escolha do Índice de Custo de Vida do DIEESE é a crença de que ele reflete melhor a aceleração da inflação em 1983 e, principalmente em 1987, após o fracasso do congelamento dos preços do Plano Cruzado. Esses dois momentos de aceleração da inflação marcaram bastante o comportamento do poder de compra dos salários no período examinado.

Quanto ao problema de isolar o verdadeiro comportamento da remuneração do trabalho, deixando de lado os efeitos sobre a tendência central dos salários devido às modificações na composição do emprego, optou-se por utilizar um painel fixo de empregados que estiveram nas duas categorias profissionais em todo o período examinado.

Para construir o painel de empregados de cada uma das duas categorias profissionais foi utilizada uma tabulação especial dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa tabulação, através dos números do PIS dos empregados e do CGC dos empregadores, reuniu os trabalhadores que mantiveram, ao longo de todo o período examinado, vínculo de emprego em estabelecimentos de ramos industriais que formam as categorias mencionadas no município de São Paulo. Considerou-se apenas os empregados nas ocupações identificadas pelos códigos 700 a 999 da Classificação Brasileira de Ocupações, que correspondem aos trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados.

Os trabalhadores que formam a categoria dos metalúrgicos são os empregados em estabelecimentos dos ramos metalurgia (códigos 1101 a 1199), mecânica (códigos 1210 a 1299), material elétrico e de comunicações (códigos 1310 a 1390) e material de transporte (códigos 1410 a 1490). Constituem a categoria dos têxteis os trabalhadores empregados em estabelecimentos do ramo têxtil (códigos 2410 a 2499).

Deste modo, examinou-se o comportamento da remuneração dos trabalhadores que estiveram, por todo o período 1982-1988, na mesma categoria profissional. Não foram considerados os salários dos trabalhadores que entraram na categoria e/ou saíram dela em algum momento entre 1982 e 1988.

A remuneração dos trabalhadores do painel é o ganho total mensal. Além do salário contratual, inclui todos os adicionais, inclusive horas extras, prêmios, pagamento de décimo terceiro salário e outros benefícios indiretos sempre que correspondente a pagamentos em dinheiro. As flutuações mensais são muito pronunciadas e, as vezes, difícil de interpretar. Optou-se por investigar médias semestrais e anuais.

O painel é formado por trabalhadores de distintas idades e níveis salariais. O comportamento do poder de compra dos salários desses diversos trabalhadores, tem um significado diferente. Assim, um trabalhador jovem que em 1982 tinha sido contratado recentemente num nível salarial relativamente baixo apresenta um comportamento mais favorável do que o de um trabalhador de mais idade, a muito contratado e que usufrui um nível salarial relativamente alto dentro da estrutura de salários da empresa. Este efeito da progressão funcional de um empregado é particularmente intenso num país como o Brasil que tem base salarial muito baixa e estrutura muito aberta.

Foi então controlada a idade dos trabalhadores em janeiro de 1982 e o nível, neste mesmo ano, da média mensal de seus ganhos reais. Adotou-se uma classificação de faixas de idade e estratificou-se os trabalhadores do painel em função do nível das remunerações, usando para especificar os estratos os três quartis da distribuição (tabela 2).

Tabela 2

Grupos de Trabalhadores, classificados conforme o nível médio real dos ganhos mensais em 1982

Estrato	Faixa de Remuneração
Primeiro	Inferior ao primeiro quartil
Segundo	Entre o primeiro e o segundo quartil
Terceiro	Entre o segundo e o terceiro quartil
Quarto	Superior ao terceiro quartil

Fonte: RAIS 1982-1988.

O painel de metalúrgicos constou de 75 mil empregados. A RAIS indica que havia, em 1988 na região metropolitana de São Paulo, 745 mil empregados nas indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e comunicações e de material de transporte. No painel 65,5% dos empregados metalúrgicos tem ocupação de códigos 700 a 999. Usando esta proporção para o total de metalúrgicos da grande São Paulo, eles seriam, aproximadamente 500 mil. Técnicos ligados ao movimento sindical calculam em 300 mil os metalúrgicos do município de São Paulo, número que parece razoável, bis a bis, o número de trabalhadores na produção em estabelecimentos metalúrgicos da área metropolitana. Deste modo, o painel de 75 mil metalúrgicos, representaria 25% da categoria. Esses metalúrgicos tinham em 1988, pelo menos 7 anos na categoria e conforme o painel, a grande maioria deles manteve vínculo de emprego com apenas um estabelecimento em todo o período 1982-1988².

Na têxtil, o painel abarcou 10 mil empregados. A RIAS, em 1988 registrou na grande São Paulo, 105 mil empregados nas indústrias têxteis. Como no painel 68,5% dos têxteis tem ocupação na produção, eles seriam aproximadamente 70 mil na área metropolitana. Técnicos do movimento sindical estimam em 40 mil os têxteis do município de São Paulo. Nesta hipótese, o painel abarcaria 25% da categoria dos têxteis de São Paulo.

No que se segue, descrevem-se os painéis das categorias profissionais, em 1982, comparando a idade e o nível salarial dos empregados. Em seguida, é analisada a evolução dos salários desses empregados no período 1982-1988. O propósito é reunir subsídios para julgar a capacidade e os limites das duas categorias profissionais examinadas como instrumento de defesa do poder de compra dos salários, nos diferentes

momentos de uma década caracterizada por enorme instabilidade de preços, produção e emprego.

OS PAINÉIS DE METALÚRGICOS, E TÊXTEIS - IDADE E NÍVEL SALARIAL EM 1982.

Em 1982, a grande maioria dos empregados dos painéis das duas categorias profissionais do município de São Paulo tem idade entre 25 e 44 anos (3/4 dos metalúrgicos e 2/3 dos têxteis). Porém, não são desprezíveis os números dos que tem menos de 25 anos ou mais de 45 anos (Tabela 3). Em particular, os empregados muito jovens (menos de 25 anos) têm um peso mais expressivo no painel da categoria dos têxteis (1/4 dos trabalhadores do setor).

Tabela 3
Idade dos Trabalhadores dos Painéis em 1982

Idade	Metalúrgicos		Têxteis	
	Número	%	Número	%
Até 24 anos	11.456	15.3	2.131	20.8
25 a 34 anos	32.554	43.6	3.725	36.4
35 a 44 anos	22.044	29.5	2.977	29.1
45 anos ou mais	8.550	11.5	1.382	13.5
Idade Ignorada	46	0.1	17	0.2
TOTAL	74.650	100.0	10.232	100.0

Fonte: RAIS 1982-1988.

O nível salarial dos empregados dos painéis e, de um modo geral maior na categoria dos metalúrgicos (Tabela 4). Assim, a média dos salários dos metalúrgicos supera o dos têxteis em um salário mínimo e meio, correspondendo essa diferença a um pouco mais que 35% do salário médio dos têxteis em 1982.

Tabela 4
Nível Salarial dos Trabalhadores dos Painéis em 1982

Estrato	Metalúrgicos			Têxteis	
	Sal. Mínimo	Estr. 1=1,0	Têxtil = 1,0	Sal. Mínimo	Estr. 1=1,0
Estrato 1	2.3	1.0	1.3	1.8	1.0
Estrato 2	3.9	1.7	1.4	2.7	1.5
Estrato 3	5.8	2.5	1.4	4.0	2.2
Estrato 4	10.3	4.4	1.3	7.8	4.3
TOTAL	5.6	2.4	1.4	4.1	2.3

Fonte: RAIS 1982-1988.

² Segundo a RAIS, no conjunto da indústria de transformação da região metropolitana de São Paulo, 22% dos empregados em Dezembro de 1988, tinham pelo menos 5 anos de serviço com o mesmo empregador.

Existem, entretanto, grandes diferenças de salário dentro de cada um dos painéis. Comparando os salários médios dos estratos das categorias, no caso dos metalúrgicos a diferença entre os extremos é de 8 salários mínimos e no da dos têxteis 6 salários mínimos.

As diferenças de salário por idade também são muito grandes nos dois painéis (Tabela 5). Quanto maior a idade dos trabalhadores maior o salário médio, mas os com mais de 45 anos ganham menos do que os com 35 a 44 anos, nas duas categorias profissionais. Por outro lado, apesar do salário médio dos que tem menos de 25 anos não ser tão baixo, situando-se acima da média do primeiro estrato, o maior salto dos salários por idade ocorre, nas duas categorias, entre os que têm menos de 25 anos e os de 25 a 35 anos.

Tabela 5
Idade e Nível Salarial dos Trabalhadores dos Painéis em 1982

Idade	Metalúrgicos			Têxteis	
	Em Sal. Mínimo	Até 24 anos = 1	Têxtil = 1,0	Em Sal. Mínimo	Até 24 anos = 1
Até 24 anos	3.3	1.0	1.3	2.5	1.0
25 a 35 anos	5.4	1.7	1.3	4.2	1.7
35 a 45 anos	6.8	2.1	1.4	4.9	2.0
45 anos ou mais	6.3	1.9	1.4	4.4	1.8
TOTAL	5.6	1.7	1.4	4.1	1.6

Fonte: RAIS 1982-1988.

As diferenças de salário médio por idade dos empregados são semelhantes nas duas categorias profissionais. Neste particular, a têxtil, que tem nível salarial inferior, não se distingue de metalúrgicos. A distribuição dos empregados de cada faixa de idade segundo os estratos de remuneração dá mais informação sobre as diferenças de salário por idade (Tabela 6).

Tabela 6
Idade em Anos e Nível Salarial dos Trabalhadores dos Painéis em 1982

Estrato	Metalúrgicos				Têxteis			
	Até 24	25 a 35	35 a 44	45 e mais	Até 24	25-34	35 a 44	45 e mais
Estrato 1	58.5	21.4	14.2	21.4	49.1	19.1	16.7	20.5
Estrato 2	26.1	27.9	20.6	23.7	33.0	25.8	19.8	21.7
Estrato 3	10.7	28.1	28.0	24.6	14.3	28.2	26.4	30.2
Estrato 4	4.7	22.6	37.2	30.3	3.6	26.6	37.1	27.6
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: RAIS 1982-1988.

Entende-se porque o salário médio dos empregados muito jovens é relativamente elevado. Nas duas categorias profissionais cerca de metade desses jovens estavam em 1982 no primeiro estrato de remuneração mas somente é insignificante a proporção desses jovens que estavam no quarto estrato. Por outro lado, também entende-se porque os mais velhos tem salário médio relativamente baixo. Na verdade, a medida que são consideradas faixas de maior idade, a distribuição dos empregados muda, diminuindo a fração dos que estavam nos estratos inferiores de remuneração e aumentando a dos que estavam nos de remuneração superior. Ao se passar da faixa de 35 a 44 anos para a de 45 anos ou mais a distribuição regride para algo semelhante a da faixa etária de 25 a 34 anos. Ou seja, nas duas categorias, um número desproporcional de empregados com mais de 45 anos estavam nos extratos inferiores de remuneração em 1992.

Os mesmos fenômenos são evidenciados de uma maneira complementar pela distribuição dos empregados por faixa etária em cada estrato de remuneração (Tabela 7). Nas duas categorias, quanto maior o nível salarial do estrato, menor a proporção de empregados com menos de 25 anos e maior, especialmente, a dos que tem 35 a 44 anos de idade.

Tabela 7
Nível Salarial e Idade dos Trabalhadores dos Painéis em 1982

Idade	Metalúrgicos Estrato				Têxteis Estrato			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Até 24	35.9	16.0	6.6	2.9	40.9	25.5	1.9	3.1
25 a 34	37.4	48.7	49.1	39.3	28.2	37.6	41.0	38.8
35 a 44	16.8	24.4	33.1	43.9	19.5	23.0	30.7	43.2
45 e mais	9.8	10.8	11.2	13.9	11.0	11.7	16.3	14.9
Ignorada	0.1	0.1	0.0	0.0	0.4	0.2	0.1	0.2
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: RAIS 1982-1988.

Chama atenção, entretanto, que mais de 1/5 dos empregados do estrato de remuneração inferior tenha mais de 35 anos e que a proporção dos que tinham mais de 45 anos não varie muito entre os estratos. Já os menores de 25 anos só tem peso significativo nos dois estratos de remuneração inferiores e os de mais de 35 anos só constituem maioria no estrato superior.

É tradicional considerar a idade como uma "proxy" de experiência no trabalho a qual esta correlacionada com o nível da remuneração. É preciso, entretanto, distinguir os

postos de trabalho e considerar as articulações entre eles formando as trajetórias que definem as várias possibilidades em termos de carreira. Os postos de entrada nas carreiras tem distintos níveis salariais e as trajetórias específicas das carreiras comportam diferentes intensidades de progressão salarial.

Quanto mais jovem o trabalhador, maior a probabilidade dele estar no início de sua carreira usufruindo de um nível de remuneração ainda relativamente baixo. Os trabalhadores mais velhos tiveram a oportunidade de ascender em suas respectivas carreiras beneficiando-se da progressão de salários através de promoções. O fato de que uma fração relativamente alta dos empregados com mais de 45 anos estarem nos estratos inferiores de remuneração e que uma parcela não desprezível dos primeiros estratos, que não são substancialmente maiores nos estratos superiores, sejam formadas por empregados com mais de 45 anos, apenas indica que muitas carreiras não permitem aspirar a uma elevada remuneração, sequer no seu final. Essas carreiras tem nível salarial de entrada tão baixo que mesmo uma progressão intensa é incapaz de aproximar o nível de remuneração aos salários de entrada de outras ocupações mais favorecidas desse ponto de vista.

Por outro lado, a não desprezível proporção de jovens com menos de 25 anos que localizam-se nos dois estratos superiores indica que algumas carreiras começam com nível salarial relativamente elevado. Esses jovens, entretanto, pesam muito pouco nos dois estratos superiores, onde predominam empregados com mais idade, já em fase relativamente avançada em suas respectivas carreiras.

Do ponto de vista do trabalhador, a carreira pode envolver mudanças de empregador. No painel, entretanto, a grande maioria dos empregados que permaneceram os 7 anos na categoria, mantiveram vínculo com um único empregador (mais de 90%). Os que deixaram o emprego em grande medida abandonaram a categoria, permanente ou temporariamente, indo para outros municípios e/ou para outros setores da atividade econômica.

OS PAINÉIS DE METALÚRGICOS E TÊXTEIS - EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS EM 1982-1988.

Nos painéis das duas categorias profissionais o comportamento do poder de compra dos salários é muito diferente segundo a idade e o nível de remuneração que tinham os trabalhadores em 1982 (Tabelas 8, 9). Entretanto, o formato geral da trajetória do salário real é redução em 1983, recuperação entre 1984 e 1986, oscilação entre 1987 e 1988, com tendência ao declínio. Porém, as variações foram muito diferentes em cada um desses sub-períodos nas diversas faixas de idade e estratos de remuneração. Quanto mais jovem o trabalhador e menor a remuneração, o salário médio real pouco declina em 1983, recupera-se vigorosamente em 1984-1986 e oscila menos, com menor tendência ao declínio, em 1987-1988.

As informações sobre a evolução dos salários médios por idade e estratos de remuneração em 1982 confirmam o comentário mostrado pelo exame das diferenças de salário por idade em 1982 que destacava uma implicação do baixo nível da base salarial e enorme dispersão da estrutura de salários no Brasil, que nem sempre é levada em conta.

De um modo geral, a referência aos baixos salários de base e ampla dispersão salarial no Brasil tem servido para descrever a distribuição dos salários, tal como captada em qualquer período de tempo. Essas características da estrutura salarial no Brasil tem a ver com a inserção nuns país com excedente estrutural de mão-de-obra e sem proteção institucional eficaz as baixas remunerações do trabalho, de grandes empresas que tem um modo peculiar de estruturar e remunerar o trabalho. A consequência destacada é uma distribuição de salários com enorme assimetria, dispersão e desigualdade.

Tabela 8
Painel dos Metalúrgicos: Evolução do Salário por Idade e Nível de Remuneração

Ano	Primeiro			Segundo			Terceiro			Quarto		
1982	2.1	100.0	-	3.8	100.0	-	5.7	100.0	-	8.6	100.0	-
1983	2.2	101.1	1.1	3.7	97.2	-2.8	5.4	94.7	-5.2	8.0	92.7	-7.3
1984	2.5	116.5	15.2	4.2	109.7	13.0	6.0	105.1	10.9	8.6	99.0	6.8
1985	2.9	135.5	14.5	4.6	119.5	9.1	6.4	112.9	7.4	8.9	102.4	3.4
1986	3.4	160.8	20.5	5.1	134.9	12.7	7.1	125.0	10.7	9.3	106.1	5.5
1987	3.1	142.9	-11.1	4.3	114.0	15.5	5.9	103.9	-16.9	7.6	88.0	-18.6
1988	3.4	159.9	11.9	4.8	125.8	10.3	6.4	113.2	9.0	8.6	99.1	12.7
Obs.		6697			2995							
25 a 34 anos												
1982	2.4	100.0	-	3.9	100.0	-	5.8	100.0	-	9.7	100.0	-
1983	3.2	96.7	-3.3	3.7	94.5	-5.5	5.4	92.4	-7.6	8.6	89.6	-10.4
1984	2.5	103.7	7.2	4.1	103.5	9.5	5.8	99.7	7.9	9.0	93.0	3.8
1985	2.7	111.1	7.1	4.3	108.2	4.6	6.0	103.2	3.5	9.2	95.1	2.3
1986	3.1	126.4	13.8	4.7	118.1	9.1	6.5	111.4	7.9	9.7	100.2	5.4
1987	2.6	107.1	-15.3	3.8	96.6	18.2	5.2	90.3	-18.9	7.8	80.6	-19.5
1988	2.8	115.9	8.2	4.1	104.1	7.8	5.6	96.2	6.5	8.5	87.8	6.9
Obs.		6974			9086			9155			7339	
35 a 44 anos												
1982	2.4	100.0	-	4.0	100.0	-	5.9	100.0	-	10.7	100.0	-
1983	2.3	95.1	-4.9	3.7	92.7	-7.3	5.4	91.6	-8.4	9.4	88.5	-11.5
1984	2.4	99.4	4.5	4.0	99.6	7.4	5.7	97.3	6.3	9.7	90.8	2.6
1985	2.5	104.2	4.9	4.1	101.8	2.2	5.8	96.7	1.4	9.8	91.7	1.0
1986	2.7	113.2	8.6	4.3	107.7	5.8	6.0	103.0	4.3	10.1	95.0	3.6
1987	2.3	93.7	-17.2	3.4	85.8	-20.3	4.7	81.0	-21.5	8.0	75.2	-20.9
1988	2.4	99.8	6.5	3.6	91.2	6.3	5.0	85.3	5.4	8.6	80.7	7.3
Obs.		3136			4545			6175			8188	
45 anos ou mais												
1982	2.4	100.0	-	3.9	100.0	-	5.8	100.0	-	11.2	100.0	-
1983	2.2	93.4	-6.6	3.6	91.6	-8.4	5.3	90.6	-9.4	9.8	66.9	-13.1
1984	2.3	95.7	2.5	3.8	95.4	4.2	5.5	94.3	4.1	9.8	87.0	0.1
1985	2.3	98.4	2.7	3.8	96.8	1.4	5.5	94.0	-0.3	9.8	87.0	0.6
1986	2.5	103.8	5.6	3.9	99.4	2.7	5.6	96.4	2.5	10.1	89.5	2.9
1987	2.0	84.7	-18.5	3.1	78.9	-20.7	4.3	74.6	-22.6	7.9	70.3	-21.5
1988	2.1	89.8	6.0	3.2	82.5	4.6	4.6	78.6	5.4	8.4	74.6	6.1
Obs.		1828			2024			2104			2594	

Fonte: RAIS 1982-1988.

Tabela 9
Painel dos Metalúrgicos: Evolução do Salário por Idade e Nível de Remuneração

Ano	Primeiro			Segundo			Terceiro			Quarto		
1982	1.7	100.0	-	2.8	100.0	-	3.8	100.0	-	6.3	100.0	-
1983	1.7	98.4	1.6	2.5	94.4	-5.6	3.6	93.1	-6.9	5.7	90.4	-9.6
1984	1.8	103.1	4.8	2.6	96.8	4.0	3.7	95.8	2.9	6.0	95.3	5.5
1985	1.9	111.9	8.5	2.7	102.3	4.2	3.9	100.9	5.4	5.2	98.0	2.8
1986	2.2	132.1	18.0	3.0	112.3	9.8	4.4	114.6	13.5	6.8	109.8	12.0
1987	2.0	116.5	11.8	2.5	95.7	14.8	3.7	96.9	-15.4	5.7	91.2	17.0
1988	2.1	124.3	6.8	2.6	96.7	3.2	3.9	100.7	4.0	6.0	95.0	4.1
Obs.		1046			703			304			78	
25 a 34 anos												
1982	1.9	100.0	-	2.7	100.0	-	4.0	100.0	-	7.4	100.0	-
1983	1.8	95.8	-4.8	2.5	93.2	-68.0	3.7	90.8	-9.1	6.7	90.0	-10.0
1984	1.8	95.5	0.3	2.5	93.6	0.5	3.7	91.7	1.0	6.7	90.1	0.1
1985	1.8	99.5	4.2	2.6	97.4	4.0	3.8	95.8	3.8	6.7	89.7	-0.4
1986	2.1	111.6	12.2	2.9	107.9	10.8	4.2	105.0	10.3	7.3	97.9	9.1
1987	1.8	95.3	-14.6	2.4	89.0	-17.5	3.4	85.3	-18.7	5.9	79.8	-18.6
1988	1.8	97.6	2.4	2.4	90.7	1.8	3.5	87.1	2.0	6.1	82.5	3.4
Obs.		721			965			1049			998	
35 a 44 anos												
1982	1.8	100.0	-	2.7	100.0	-	4.0	100.0	-	8.0	100.0	-
1983	1.7	93.2	-6.8	2.5	91.8	-6.1	3.7	90.3	-9.6	7.1	89.2	-10.8
1984	1.7	93.4	0.2	2.5	91.3	-0.4	3.7	90.3	0.0	7.0	87.9	-1.5
1985	1.8	97.0	3.8	2.5	93.9	2.6	3.7	91.4	1.2	6.9	86.3	-1.8
1986	2.0	106.8	10.1	2.7	100.8	7.6	4.0	98.8	8.1	7.4	92.8	7.5
1987	1.6	89.9	-15.8	2.2	81.5	19.2	3.2	79.4	-19.6	5.9	74.3	-20.0
1988	1.7	93.5	3.9	2.2	82.6	1.4	3.3	80.5	1.4	5.8	76.8	3.3
Obs.		498			588			766			1105	
45 anos ou mais												
1982	1.8	100.0	-	2.7	100.0	-	4.0	100.0	-	8.2	100.0	-
1983	1.7	92.1	-7.9	2.5	92.0	-8.0	3.6	90.7	-9.2	7.2	88.9	-11.1
1984	1.7	92.2	0.2	2.4	90.6	-1.5	3.6	90.3	-0.4	7.0	85.3	-4.0
1985	1.7	93.9	1.8	2.5	91.5	1.0	3.6	69.9	-0.5	6.8	83.3	-2.4
1986	1.9	101.7	8.3	2.6	97.0	6.1	3.8	96.4	7.2	7.2	88.3	6.0
1987	1.6	84.9	-16.5	2.1	77.9	-19.7	3.0	75.0	-22.2	5.6	69.0	-21.8
1988	1.6	87.8	3.4	2.1	78.7	1.0	3.0	75.0	0.0	5.8	71.2	3.2
Obs.		283			300			417			388	

Fonte: RAIS 1982-1988.

Há, então, dois tipos de situações no trabalho assalariado. A dos que conseguem se inserir na estrutura de trabalho das grandes empresas e conseguem remunerar melhor suas qualificações e os que não conseguem essa inserção, permanecendo rodando no mercado de trabalho com uma remuneração ao sabor das circunstâncias, ou então, conseguem uma posição estável fora da grande empresa e abandona a busca de uma melhor remuneração.

Deste modo, ao lado das marcantes diferenças de remuneração entre os níveis de qualificação dos trabalhadores, ressalta na configuração da distribuição dos salários o

papel da estruturação hierárquica dos salários na grande empresa, que inclusive acentua a dispersão das remunerações dos trabalhadores com qualificação semelhantes e ajuda a ampliar as diferenças de remuneração média por nível de qualificação.

Diferenças de qualificação motivam diferenças de remuneração. Porém, essas diferenças são muito grandes quando se conjugam grande empresa com mercado de trabalho com excedente de mão-de-obra e sem proteção social para os com desvantagem em termos de qualificação. O salário dos não qualificados é muito pequeno, inclusive na grande empresa e o salário do qualificado é relativamente elevado, especialmente na grande empresa. Em consequência, as diferenças entre níveis de qualificação, na media, são muito elevadas, destacando-se ao mesmo tempo ampla dispersão de remuneração especialmente nos altos níveis de qualificação, produto da estruturação hierárquica do trabalho na grande empresa.

Sem excedente de mão-de-obra e/ou com proteção social mais eficaz ao trabalho desfavorecido, que seria a imensa maioria dos trabalhadores na situação de excedente de mão-de-obra sem proteção social, o salário do não qualificado não seria tão pequeno e, provavelmente, a dispersão nos altos níveis de qualificação não seria tão pronunciada.

Este trabalho pretende destacar outro aspecto ou implicação da forma peculiar de estruturação dos salários no Brasil, onde ressalta o baixo nível da base salarial e a grande dispersão no conjunto da estrutura: o nível salarial de entrada das carreiras, especialmente nas grandes empresas, é relativamente baixo e a progressão na escala de ascensão é muito rápida. E as informações apresentadas sugerem que essa progressão é especialmente rápida no início das carreiras, cumprindo o papel de estimular a disputa pelos cargos em condição de rotatividade, também rápida.

A hipótese é que é essa estruturação das carreiras, em que o salário de entrada é relativamente baixo, enquanto o ritmo de progressão salarial na ascensão da carreira é elevado, a principal responsável pelo fato de que os aumentos nominais de salário, entre os que conseguem continuar no emprego sejam, em media, tanto mais rápidos quanto menor a idade e o nível salarial no início do período considerado.

Na tentativa de inferir o comportamento do salário, enquanto determinado exclusivamente pelos reajustes e antecipações da categoria profissional, é preciso identificar e deixar de lado os efeitos da progressão funcional sobre o nível das remunerações. Deste modo, não é suficiente utilizar um painel de empregados e averiguar o comportamento da tendência central dos salários desses empregados. Este procedimento evita os problemas decorrentes da mudança na distribuição das pessoas por tipo de ocupação, provocada pela eliminação de algumas ocupações e surgimento de outras, alterações que afetam a tendência central dos salários. Porém, cria um novo problema, o de que as pessoas evoluem ocupacionalmente e isto também afeta a tendência central dos salários.

Os dados sobre a evolução do salário médio por idade e nível salarial indicam que os efeitos da progressão funcional sobre o nível das remunerações são tanto mais intensos quanto menor a idade do trabalhador e o nível de suas remunerações. O jovem no início de carreira usufrui de intensos aumentos de salário. Na média, esses aumentos são ainda mais intensos, tratando-se de cargos que tem menores remunerações. Nessas carreiras o salário dos postos de entrada são ainda mais baixos, relativamente as perspectivas de remuneração que a progressão na carreira oferece.

Deste modo, para estimar a trajetória dos salários decorrente apenas dos reajustes e antecipações da categoria profissional, seria razoável considerar a evolução do poder de compra da remuneração dos trabalhadores do painel que tem maior idade, que já usufruíram, antes do período examinado, os benefícios da progressão funcional sobre suas remunerações.

Tabela 10
Painéis de Metalúrgicos e Têxteis –
Evolução do Salário Médio Mensal dos Empregados com 45 anos ou mais

Ano	Metalúrgicos			Têxteis		
	Em S. Min.	Em relação a		Em S. Min.	Em relação a	
		1982	Ano anterior		1982	Ano anterior
1982	6.3	100.0	-	4.4	100.0	-
1983	5.6	89.0	-11.0	4.0	90.1	-9.9
1984	5.7	90.6	1.8	3.9	88.0	-2.3
1985	5.7	91.0	0.4	3.8	87.0	-1.1
1986	5.9	93.7	3.0	4.1	92.8	6.6
1987	4.6	73.7	-21.3	3.2	73.2	-21.1
1988	4.9	77.9	5.7	3.3	74.7	2.0

Fonte: RAIS 1982-1988.

Dada a possibilidade concreta de que os menores salários, de fato, tenham sido beneficiados com reajustes da categoria profissional maiores que os dos demais trabalhadores, em consequência seja da política salarial do governo e/ou da luta das categorias pela elevação do piso salarial, optou-se por considerar a evolução do salário médio de todos os empregados com mais de 45 anos como representativo dos efeitos dos reajustes e antecipações da categoria sobre as remunerações dos empregados (Tabela 11)³.

Tabela 11
Painéis de Metalúrgicos, Químicos e Têxteis –
Evolução do Salário Médio Mensal dos Empregados com 45 anos ou mais

Ano	Metalúrgicos			Químicos			Têxteis		
	Em relação a			Em relação a			Em relação a		
	Em S. M.	1982	Ano anterior	Em S. M.	1982	Ano anterior	Em S. M.	1982	Ano anterior
1982	6.3	100.0	-	6.4	100.0	-	4.4	100.0	-
1983	5.6	89.0	-11.0	5.8	91.4	-8.5	4.0	90.1	-9.9
1984	5.7	90.6	1.8	5.8	90.9	-0.5	3.9	88.0	-2.3
1985	5.7	91.0	0.4	5.7	89.4	-1.7	3.8	87.0	-1.1
1986	5.9	93.7	3.0	5.9	93.4	4.5	4.1	92.8	6.6
1987	4.6	73.7	-21.3	5.0	78.0	-16.5	3.2	73.2	-21.1
1988	4.9	77.9	5.7	5.0	79.1	1.4	3.3	74.7	2.0

Fonte: RAIS 1982-1988.

As duas categorias perderam cerca de 10% do poder de compra do salário entre 1982 e 1983. O trabalhador que teoricamente só usufruiu dos reajustes e antecipações teve em 1983 um salário médio mensal que, descontados os aumentos de preços dos bens e serviços comprados por ele, equivale a 90% do salário médio mensal que ele dispôs em 1982. Ou seja, os reajustes de maio e novembro e eventuais antecipações não impediram que a aceleração da inflação, que ocorreu entre 1982 e 1983, diminuísse, significativamente, o nível médio mensal dos salários. E esta redução do salário real foi semelhante nas duas categorias profissionais.

³ No próximo item apresentaremos de modo mais detalhado estimativas do comportamento dos salários como decorrente exclusivamente de reajustes e antecipações de categoria profissional. Este breve resumo com base no salário médio mensal dos empregados com mais de 45 anos que permaneceram por todo o período 1982-1988 na categoria profissional tem apenas o propósito de servir de referência para destacar a magnitude dos efeitos da progressão funcional sobre a remuneração dos empregados de diversas idades e níveis salariais.

A retomada da atividade econômica em 1984 e 1985, que começou com um aumento da produção industrial para exportação, afetou favoravelmente o nível do emprego. Porém, só os metalúrgicos tiveram reajustes e antecipações que permitiram uma muito lenta recuperação parcial do poder de compra do salário que foi perdido em 1983. A recuperação foi mais intensa em 1986 e afetou as duas categorias profissionais. Tem a ver com a continuidade do aumento do emprego e, especialmente, com o congelamento dos preços realizado pelo Plano Cruzado. Não obstante, o nível médio mensal dos salários em 1986 situou-se abaixo do de 1982 (-7%) nas duas categorias profissionais.

Terminada a vigência do congelamento dos preços pelo Plano Cruzado, a volta da inflação descontrolada e explosiva provocou profunda oscilação do poder de compra dos salários em 1987 e 1988. A oscilação foi agravada pela sucessão de períodos que alternaram alta inflação com congelamento de preços, sem uma regra que permitisse sair do congelamento sem provocar queda de salário real. Na verdade, os congelamentos de preço, depois do Plano Cruzado, tiveram a preocupação de tentar evitar que a paralisação da inflação provocasse aumento real de salário. Essa preocupação está associada a suposição de que uma das causas do fracasso do Plano Cruzado teria sido o aumento de salário real que o congelamento provocou ao permitir a conversão do salário para a nova moeda mantendo a média dos últimos 6 meses com um adicional de 8%.

Nossa estimativa, entretanto, é que o aumento real de salário médio mensal em 1986 não permitiu recompor o salário médio mensal de 1982. Foi, não obstante, uma variação de salário relativamente rápida, pois em um ano o salário médio real teria aumentado 3%, no caso dos metalúrgicos e 6,6% no caso dos têxteis, sendo maior na categoria que tinha salário inferior. Esse aumento do salário real, num ano de continuidade de um intenso aumento do nível de emprego ao lado da existência de crédito farto e barato e do deslocamento de recursos de aplicação financeira para a compra de bens de consumo, provocou tremendo aumento na demanda de bens e serviços, que dificultou a preservação do congelamento dos preços.

O ritmo da inflação e um congelamento de preços preocupado com evitar eventuais aumentos reais de salário provocou oscilação do poder de compra com

tendência declinante e, em 1988, o salário médio mensal equivaleu a menos de 80% do nível observado em 1982, um valor, portanto, mais que 20% inferior.

Este teria sido o produto dos esforços das categorias profissionais para defender o poder de compra dos salários dos efeitos corrosivos de uma inflação alta e periodicamente acelerada. Ele se mostrou impotente para impedir a queda do valor do salário em épocas de aceleração da inflação como em 1983 e em 1987/1988 e teve enormes dificuldades para conseguir recuperar perdas passadas em momentos de inflação alta porem sem aceleração⁴.

O quadro do comportamento dos salários é bastante diferente quando considerado os empregados mais jovens que mantiveram-se no emprego e progrediram em suas respectivas carreiras. Assim, para os empregados com menos de 25 anos em 1982, especialmente os que tinham menor remuneração, quase não houve queda no salário médio mensal em 1983 e essa perda foi logo recuperada, notando-se fortes aumentos de poder de compra, que continuaram em 1985 e 1986. Neste último ano, o salário médio mensal dos jovens empregados estáveis foi bastante superior ao nível observado em 1982. Há, entretanto, diferenças entre as categorias associadas as diversidades de estruturas salariais e peso das grandes empresas. Os aumentos foram bem maiores entre os metalúrgicos do que no caso dos têxteis. Em todo caso, ao menos para a categoria metalúrgica não parece desproposital pensar num acréscimo médio de salário real da ordem de pelo menos 25% entre 1982 e 1988, associado a progressão dos empregados mais jovens em suas respectivas carreiras.

O fracasso do congelamento e a volta da inflação fez também oscilar, com ligeira tendência a queda, o poder de compra do salário dos jovens. Porem, em 1988, com diferenças entre metalúrgicos e têxteis, o nível médio mensal dos salários dos jovens foi bastante maior que o de 1982. O caso extremo É o dos metalúrgicos de baixa remuneração, mas, mesmo entre os têxteis de remuneração intermediária, o salário médio mensal de 1988 e igual ao de 1982, com o que a progressão funcional desses empregados jovens evitou o declínio de mais de 20% que ocorreu com a média dos

⁴ Na realidade a inflação voltou a acelerar-se em 1985 e a continuidade em 1986 da recuperação das perdas de 1983 foi facilitada pelo congelamento dos preços do Plano Cruzado.

trabalhadores mais velhos. Isto equivale a um aumento anual de mais de 3%, por um período de 6 anos. É possível que esses números estejam incluindo outros acréscimos, além da simples progressão funcional, como, por exemplo, os efeitos no início da década de uma política salarial do governo, favorável as menores remunerações, ou a luta das categorias profissionais para elevar o valor dos pisos salariais. Porém, não parece haver motivo para duvidar de que é muito intenso o ritmo de progresso salarial nas carreiras dos empregados mais jovens, que conseguem continuar no emprego. O resultado é que a maioria dos trabalhadores que padecem com a elevada rotatividade perderam uma parcela expressiva do poder de compra de seus salários enquanto uma minoria que lucrou, manteve-se no emprego usufruiu de aumentos de salário real superiores aos acréscimos de produtividade.

Resumindo, a inflação dos oitenta derrubou o nível salarial das categorias profissionais e essa queda deve ter rebaixado os salários nos postos de entrada das diversas carreiras. As pessoas que não conseguem inserir-se nessas carreiras, sendo levadas a mudar constantemente de emprego, fazendo-o de um modo aleatório, sem percorrer uma trajetória sistemática de progressão ocupacional, receberam todo o impacto desse rebaixamento de salários. Já, os poucos que permanecem no emprego e/ou avançam nas carreiras usufruíram das progressões salariais que elas comportam, progressões que são particularmente intensas no começo das carreiras.

Esse comportamento diferenciado das remunerações repercutiu na tendência central da distribuição dos salários, mas, para o grosso dos participantes de qualquer categoria, importou mais os resultados que elas obtiveram na barganha com os patrões sobre pisos e reajustes profissionais. No próximo item examinaremos com mais detalhe as conseqüências dessas barganhas, numa época de enorme instabilidade da economia e elevada inflação.

Painéis de Metalúrgicos, e Têxteis - Evolução dos Salários em 1982-1988, dos Empregados que Tinham em 1982, mais de 45 anos.

O objetivo desse item é analisar o comportamento do salário médio mensal, por semestre, dos empregados que tinham em 1982 mais de 45 anos e permaneceram nas

respectivas categorias profissionais ao longo de todo o período 1982-1988. Essa análise servirá de base para julgar a capacidade e as limitações das categorias profissionais como instrumento de defesa do poder de compra dos salários.

O salário médio mensal é sempre maior no segundo semestre de cada ano, porque nele se encontra a data base das duas categorias consideradas e, neste semestre, também é pago pelas empresas o décimo terceiro salário. Para ajudar na análise da evolução do salário é simulado um comportamento teoricamente razoável em função do que ocorreu com os preços e a produtividade.

Para julgar o significado da queda de salário que ocorreu entre 1982 e 1983 considerou-se como adequado para as categorias profissionais, um reajuste no salário de maio de cada ano pelo aumento do custo de vida do DIEESE entre novembro do ano anterior e maio, é outro reajuste no salário de novembro, pelo aumento do custo de vida, entre maio e novembro, acrescido de um aumento de produtividade arbitrado em 2%. Além disso, utilizou-se a suposição que as empresas pagariam o décimo terceiro salário em Dezembro.

O comportamento do salário médio mensal entre o primeiro e o segundo semestre de 1982 comparado ao que seria razoável, indica um bom desempenho das categorias metalúrgica e têxtil na data base de novembro de 1982. Pela simulação, o salário médio mensal deveria ter aumentado 17,3%. No caso de metalúrgicos e têxteis o aumento foi de cerca de 20%.

Pela simulação de um reajuste razoável em maio de 1983, a redução do salário médio mensal entre o segundo semestre de 1982 e o primeiro de 1983 deveria ter sido de 19,1%. Na realidade, foi de 21% entre metalúrgicos e 19% entre têxteis (Tabela 12). A diferença não é grande e indica que o reajuste de maio de 1983 foi razoável, devendo-se atribuir a queda de salário médio mensal não somente ao décimo terceiro salário de dezembro de 82, mas também a aceleração da inflação que tendo sido de cerca de 40% nos dois semestres anteriores, aumentou para 60,9% entre novembro de 1982 e maio de 1983. Dessa forma, o reajuste de novembro de 82 pela inflação dos seis meses anteriores, acrescido de uma produtividade de 2%, que parece uma conquista razoável na data base da categoria, não teria sido suficiente para impedir que o salário médio

mensal do primeiro semestre de 1983 fosse menor que o do primeiro semestre de 1982. Na simulação ele seria 5,1% menor, enquanto na realidade variou de 2,4%, entre os têxteis a 4,2% nos metalúrgicos. Essa queda de salário deve ser atribuída à aceleração da inflação, porque as duas categorias tiveram um bom desempenho ao longo de 1982 e no primeiro semestre de 1983.

Tabela 12

Evolução do Salário Médio Mensal dos Trabalhadores que tinham em 1982 mais de 45 anos de idade e permaneceram nas categorias profissionais no Período: 1982-1988

Categoria	Período	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Metalúrgicos	1º semestre	100.0	95.8	88.7	97.7	101.7	86.3	83.6
	2º semestre	121.2	101.4	112.1	103.9	106.0	77.0	88.7
	Ano	110.6	98.6	100.4	100.8	103.8	81.6	86.1
Têxteis	1º semestre	100.0	97.6	86.3	92.8	97.9	85.1	78.5
	2º semestre	120.0	101.0	107.5	99.2	106.7	76.0	85.7
	Ano	110.0	99.3	96.9	95.9	102.3	80.6	82.1
	1º semestre	100.0	94.9	96.2	95.9	90.4	-	-
	2º semestre	117.3	111.5	117.0	113.6	102.3	-	-
	Ano	106.5	103.2	106.6	104.7	96.3	-	-

Fonte: RAIS 1982-1988.

No segundo semestre de 1983, entretanto, o desempenho das duas categorias profissionais parece ter sido catastrófico. Pela simulação de um bom desempenho na data base de novembro de 1983, o salário médio mensal deveria ter aumentado em 17,5%. O aumento real foi de 5,8% para os metalúrgicos e de 3,5%, para os têxteis. O reajuste simulado não teria impedido que o salário médio mensal do segundo semestre de 1983 continuasse 4,9% menor que o do segundo semestre de 1982, pois os 2% de produtividade apenas compensou o aumento da inflação de 60,9% entre novembro de 1982 e Maio de 1983 para 72,2%, entre maio e novembro de 1983. Entretanto, a queda do salário médio mensal entre o segundo semestre de 1982 e o segundo semestre de 1983 foi de 16,3%, nos metalúrgicos, 15,8%, nos têxteis.

Deste modo, a queda do salário médio mensal, entre 1982 e 1983, de aproximadamente 10%, deve-se não somente a aceleração da inflação mas também a um

mal resultado das duas categorias profissionais na sua data base em 1983⁵. Este ano, de fato, foi muito conturbado, prejudicando a atuação dos sindicatos. Além da aceleração da inflação, houve pela segunda vez no começo dos oitenta, uma redução muito expressiva na produção e no emprego industrial, que afetou muito o município de São Paulo, onde localizam-se as duas categorias estudadas. E foi o ano em que o governo se curvou perante o FMI, o que levou não somente a adotar as medidas de política econômica que aprofundaram a recessão e aceleraram os aumentos de preço, mas também a tentar impor ao Congresso uma lei de política salarial desfavorável aos trabalhadores.

Para avaliar o que ocorreu com o salário das categorias profissionais entre 1983 e 1984 repetimos a mesma simulação, realizada para 1982 e 1983. No ano de 1984 a inflação manteve um ritmo semestral relativamente constante de pouco mais de 70%. Conforme a simulação, não tivesse havido o mal resultado das categorias na data base de novembro de 1983, a reposição da inflação do semestre anterior e a produtividade de 2% em novembro de 1984 seria suficiente para fazer, no segundo semestre de 1984, o salário médio mensal retornar ao nível do segundo semestre de 1982, com um aumento de 4,9%, entre os segundos semestres de 1983 e 1984.

Para julgar o desempenho das categorias profissionais em 1984 é preciso comparar as mudanças reais de salário médio mensal com a decorrente da simulação. Assim, conforme a simulação que fez variar o salário em novembro de 1983 pelo aumento do custo de vida entre maio e novembro de 1983, acrescido de 2% de produtividade e mudou o salário em maio de 1984 pelo custo de vida entre novembro de 1983 e maio de 1984, o salário médio mensal deveria ter diminuído em 13,7%, entre o segundo semestre de 1983 e o primeiro semestre de 1984. Na realidade nenhuma das categorias conseguiu repor a perda salarial do semestre anterior e data base, acrescentando 2% de produtividade. Portanto, o salário médio mensal do segundo semestre de 1983 foi muito baixo. Não obstante a redução no primeiro semestre de 1984 foi de 12,5 no metalúrgicos 14,6%, nos têxteis. Ou seja, o salário médio mensal do

⁵ Não é possível desprezar totalmente uma terceira possibilidade, a de que tenha diminuído justamente no segundo semestre de 1983 o volume de horas extras, prêmios e outros benefícios indiretos recebidos pelos empregados que tinham em 1982 mais de 45 anos e fizeram parte das duas categorias profissionais ao longo de todo o período.

segundo semestre de 1983 foi muito baixo devido ao real desempenho das categorias na data base. Porém, o reajuste de maio de 1984 deve ter uma avaliação positiva porque provocou uma queda de salário médio mensal no primeiro semestre de 1984 de magnitude equivalente a produzida pela simulação que incorporou no reajuste de maio a inflação do semestre anterior.

A simulação do reajuste na data base provocou uma elevação do salário médio mensal de 21,6%, entre o primeiro e o segundo semestre de 1984. O aumento real do salário médio mensal foi de 26,4%, para metalúrgicos e 14,6%, para têxteis, conduzindo novamente a uma apreciação positiva sobre o desempenho das categorias na data base de novembro de 1984.

Então, o ano de 1984 foi positivo para as duas categorias. Porém, o mau desempenho no segundo semestre de 1983 fez com que a média mensal do primeiro semestre de 1984 ficasse aquém da do mesmo semestre de 1983. Isto prejudicou o comportamento do salário médio mensal do conjunto do ano 1984, que foi ligeiramente maior que o de 1983 apenas para os metalúrgicos.

A simulação foi repetida em 1985 e indicou que o aumento da inflação de pouco mais de 70% ao semestre para 80% na passagem de 1984 para 1985 anulou a produtividade de 2% e fez o salário médio mensal do primeiro semestre de 1985 ser ligeiramente menor que o de 1984 (-0,3%). Os reajustes de novembro de 1984 e maio de 1985 foram bastante expressivos, mostrando que as duas categorias souberam aproveitar a conjuntura de recuperação da produção e do emprego. Pela simulação o salário médio mensal do primeiro semestre de 1985 deveria ser inferior ao do segundo semestre de 1984 em 18,0%, mas, realmente, ele diminuiu só 12,8% nos metalúrgicos, 13,9% nos têxteis. Em consequência, apesar do aumento da inflação, o salário médio mensal do primeiro semestre de 1985 superou o de 1984 em 10%, para os metalúrgicos é 7,3%, para os têxteis. O salário médio mensal dos metalúrgicos no primeiro semestre de 1985 se aproximou do de 1982, apresentando melhor situação do que o da simulação.

O segundo semestre de 1985, entretanto, foi uma catástrofe para as duas categorias profissionais. Pela simulação o salário médio mensal deveria aumentar 18,5%

entre o primeiro e o segundo semestre de 1985. Este aumento deixaria a média mensal do segundo semestre de 1985 aquém da de 1984 em 2,9% por causa da inflação. Na realidade, só aumentou 6,3% nos metalúrgicos e 7,1% nos têxteis. Em consequência, o salário médio mensal do segundo semestre de 1985 em vez de ser menor que o de 1984 em apenas 2,9%, realmente diminuiu 7,3% para os metalúrgicos e 7,7% para os têxteis. Não obstante, a média mensal de 1985 não foi menor que a de 1984 devido ao bom desempenho dos salários no primeiro semestre nas duas categorias.

Deste modo, as categorias tiveram bom desempenho ao longo de 1984 e no primeiro semestre de 1985 mas a aceleração da inflação desde fins de 1984 colocava crescentes dificuldades para elas continuarem a recuperar a perda do poder de compra do salário que ocorreu em 1983. Os acontecimentos de 1986, entretanto, precipitaram bruscas variações no poder de compra dos salários que dificultam qualquer avaliação do desempenho das categorias profissionais.

O Plano Cruzado determinou que os salários de março de 1986 fossem fixados num nível equivalente a média real dos seis meses anteriores, acrescido de 8%. Aplicando os fatores de conversão impostos pelo governo aos salários hipotéticos da simulação para setembro de 1985 a fevereiro de 1986 e aplicando a média os 8% adicionais obtém-se um salário, que ficou congelado desde março até novembro, data base das categorias analisadas. A simulação supôs que na data base a categoria deveria obter a inflação de fevereiro a novembro mais 2% de produtividade.

Nesta simulação deveria ocorrer uma catástrofe com os salários, a partir da sistemática de conversão do Cruzado. A alta inflação do final de 85 e começo de 86 tinha corroído o reajuste e a produtividade da data base e a preservação de uma média baixa faria reduzir a média mensal do primeiro semestre em 5,7% entre 1985 e 1986⁶. Não foi isto que ocorreu. A média mensal do primeiro semestre aumentou entre 1985 e 1986 em 4,1% para os metalúrgicos e 5,7% para os têxteis.

⁶ O custo de vida do DIEESE nos seis meses entre agosto de 1985 e fevereiro de 1986 aumentou 115,8%. Praticamente todo o ganho representado pelo reajuste de novembro acrescido de 2% da produtividade foi corroído pela inflação de novembro a fevereiro.

Pela simulação deveria haver uma queda do salário médio mensal de 20,4% entre o segundo semestre de 1985 e o primeiro de 1986. A redução foi realmente de 2,1%, nos metalúrgicos e 1,3% nos têxteis. Dever ter havido alguma importante antecipação do reajuste que deveria ter ocorrido em maio de 1986 e vale a pena recordar que a grande reivindicação do movimento sindical na época era o reajuste trimestral em substituição do semestral, devido ao aumento do patamar da inflação.

Deste modo, não parece ter sido exatamente o congelamento de preços e a sistemática de conversão dos salários à nova moeda pela média dos últimos seis meses acrescido de 8% os únicos responsáveis pela elevação do salário médio mensal entre 1985 e 1986. Teria sido fundamental a antecipação do reajuste salarial que ocorreria em maio de 1986, que na prática teria representado a implantação do reajuste trimestral, reivindicação fundamental do movimento sindical da época⁷.

E, de fato, houve aumento de salário real entre 1985 e 1986. Na média mensal, esse aumento foi de 3% no caso dos metalúrgicos e 6,7% nos têxteis. No entanto, comparativamente a média mensal de 1982, o salário de 1986 ainda permaneceu abaixo, equivalendo a 94% nas duas categorias profissionais.

Na simulação, o salário médio mensal deveria ter aumentado 13,2% entre o primeiro e o segundo semestre de 1986. Na realidade aumentou somente 4,2% nos metalúrgicos e 9% nos têxteis. Essa diferença com relação a simulação indica que a retomada da inflação no segundo semestre de 1986 já tinha começado a corroer as conquistas do primeiro semestre do ano, representadas pelo congelamento dos preços e antecipação do reajuste de maio de 1986.

Esse efeito da retomada da inflação tornou-se mais intenso em 1987. A inflação de janeiro a julho de 1987, medida pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE foi de 177,7%. Em julho de 1987 houve novo congelamento dos preços. Ao contrário do Cruzado, o Plano Bresser impôs alta taxa de juros e tentou evitar que a paralisação dos aumentos dos preços provocasse um aumento no poder de compra dos salários.

⁷ A antecipação do reajuste de maio teria ocorrido em fevereiro, nos meses anteriores ao do plano cruzado e as leis brasileiras impedem o rebaixamento do valor nominal dos salários.

A nova sistemática de reajustamento dos salários, instituída pelo Plano Bresser, previa que após o congelamento dos preços por três meses, os salários seriam corrigidos mensalmente, como antecipação, compensável na data base das categorias, segundo a variação da Unidade de Referência dos Preços (URP). Em cada mês, a variação da URP seria indicada pela média de um Índice de Preços ao Consumidor no trimestre anterior.

A brusca mudança nas regras de correção do salário provocada pelo Plano Bresser criou o problema de como tratar com o resíduo da inflação em relação ao gatilho salarial disparado em maio de 1987. Foi determinado pelo governo que ele seria incorporado aos salários em parcelas mensais no semestre seguinte ao fim do congelamento. E não foi incorporado aos salários a inflação de junho de 1987 que pelo Custo de Vida do DIEESE foi de 23,3%.

A magnitude e frequência das mudanças nas regras de indexação dos salários a partir da aceleração da inflação entre 1984 e 1985, e a crescente intensidade da reação do movimento sindical, no sentido de ir além e superar os ditames mínimos fixados pela lei salarial de iniciativa do governo, torna muito difícil simular um comportamento razoável do salário médio mensal do ponto de vista do desempenho das categorias profissionais.

Pela regra estabelecida no Plano Cruzado e usando o custo de vida do DIEESE como indicador da inflação, o gatilho deveria ter sido disparado em janeiro e em todos os meses a partir de abril. Conforme o Plano Bresser, os reajustes de salário deveriam ocorrer segundo a URP, após três meses de congelamento dos preços.

Dada a dificuldade de especificar o comportamento do salário decorrente de um posicionamento razoável da categoria profissional optou-se por usar esse dispositivo metodológico, fundamental para julgar o desempenho das categorias, somente até o ano 1986, examinando o período 1987/1988 apenas a partir das mudanças reais do salário médio mensal.

E o comportamento do salário médio mensal das duas categorias em 1987 e 1988 mostra a magnitude da violência praticada contra os salários em nome da suposição de que seu nível alto, ao lado de juros baixos teriam sido as causas básicas do fracasso do Plano Cruzado.

A queda do salário médio mensal entre os primeiros semestres de 1986 e 1987 foi de 15,1% para os metalúrgicos e 13,1% para os têxteis, em consequência da aceleração da inflação após o fracasso do congelamento de preços do Plano Cruzado. Porém, a queda do salário foi maior ainda no segundo semestre de 1987, produto da maneira como se enfrentou a aceleração da inflação.

Por única vez em todo o período 1982-1988, o salário médio mensal do segundo semestre foi menor que o do primeiro, apesar da data base da categoria e do pagamento de decimo terceiro salário ocorrerem no segundo semestre. Em conjunto com os efeitos sobre o salário da retomada da inflação no primeiro semestre, provocou um salário médio mensal que em 1987 equivale a cerca de 75% do de 1982, nas duas categorias profissionais.

Apesar da defasagem de um trimestre, dispositivo criado para abafar a realimentação dos aumentos de preços, a aplicação do mecanismo da URP e as conquistas das categorias profissionais no sentido de ir além em magnitude e frequência, dos parâmetros mínimos de reajustes salariais, determinados pela política do governo, permitiram alguma recuperação da perda salarial ocorrida em 1987, ao longo do ano 1988.

Nas duas categorias, o salário médio mensal do primeiro semestre de 1988 permaneceu abaixo do de 1987 mas o do segundo semestre foi superior entre 10% e 15%, indicando que não continuou a cair o salário porque as categorias reagiram, com alguma defasagem, aos efeitos catastróficos da retomada da inflação, depois do fracasso do congelamento dos preços do Plano Cruzado e do modo como o Plano Bresser tratou dos salários, num programa heterodoxo de combate a inflação.

O salário médio mensal de 1988, entretanto, foi apenas ligeiramente superior ao de 1987, mostrando o real significado da magnitude dos efeitos de um tratamento irresponsável dos salários em época de instabilidade econômica e alta inflação.

Assim como não foi fácil recuperar a perda salarial de 1983, pois requereu três anos e um congelamento de preços com tratamento digno ao assalariado, provocado pela atitude do governo e pelos esforços do movimento sindical, a reposição do que os salários perderam em 1987 vai exigir esforços denodados de parte das categorias profissionais. E a perda do poder de compra dos salários em 1987 foi bem maior que a de 1983, pois o salário médio mensal diminuiu 10% entre 1982 e 1983 e 20% entre 1986 e 1987.

Conclusão

Como um todo, o período 1982-1983 foi muito desfavorável aos salários. Medindo o desempenho das categorias profissionais pela média mensal dos salários dos empregados que tinham em 1982 mais de 45 anos e permaneceram na categoria ao longo de todo o período, a redução no poder de compra dos salários foi de 13,9% no caso dos metalúrgicos e 17,9%, nos têxteis.

São diferenças relativamente pequenas diante da magnitude das variações do salário real no período, pois este diminuiu 10% em 1983, recuperou essa perda entre 1984 e 1986 e voltou a cair 20% em 1987. Em todo caso uma redução global de salário de 4 pontos percentuais a menos sugere que os metalúrgicos mostraram maior capacidade que os têxteis para resistir aos efeitos deletérios da inflação sobre o poder de compra dos seus salários.

Um julgamento mais completo da capacidade e limitações das categorias profissionais para resistir as pressões no sentido de reduzir o poder de compra dos salários requer, entretanto, uma averiguação mais detalhada do comportamento dos salários nos momentos críticos do período analisado. Esses momentos críticos foram os de aceleração da inflação, destacando-se os anos de 1983 e 1987 e os segundos semestres de 1985 e 1986.

Em todos esses momentos de aceleração da inflação o poder de compra dos salários diminuiu e a redução foi mais ou menos semelhante entre têxteis e metalúrgicos. Quando ocorreram diferenças a respeito, alternaram-se período em que a queda foi maior entre os têxteis com outros em que ela foi maior para os metalúrgicos.

Em momentos mais favoráveis aos salários, como o do começo de 1984 a meados de 1985, os aumentos da média mensal foram maiores para os metalúrgicos. Porém, no segundo semestre de 1982 e no primeiro de 1986, os aumentos do salário médio mensal foram muito semelhantes nas duas categorias.

De modo que, numa avaliação global, pode-se dizer que as duas categorias não tiveram capacidade para evitar a queda dos salários quando a inflação aumentou, mas os metalúrgicos mostraram melhor desempenho, e os têxteis pior, não tanto por resistir mais a aceleração da inflação mas por aproveitar melhor a oportunidade, quando a recuperação da produção e do emprego industrial abriu espaço para barganhar reposição das perdas anteriores, sempre que a inflação manteve-se num mesmo patamar elevado mas sem aceleração.

Mesmo no final de 1985 e começo de 1986, quando a aceleração da inflação ameaçou interromper a recuperação da perda salarial de 1983 que vinha ocorrendo desde 1984, as duas categorias parecem ter conseguido antecipar o reajuste e puderam aproveitar igualmente os efeitos positivos do congelamento de preços do Plano Cruzado.

Os reajustes das categorias profissionais repercutem nos salários da totalidade dos trabalhadores que nelas se enquadram. A evolução da remuneração de um trabalhador qualquer depende ainda de como ele se desempenha em termos de carreira profissional.

Para muitos não há alternativa a simplesmente transitar aleatoriamente de um emprego a outro, muitas vezes deslocando-se entre categorias profissionais diferentes.

Alguns, entretanto, conseguem fazer carreira dentro de uma categoria profissional, muitas vezes mantendo o vínculo de emprego com um único empregador.

Para esses trabalhadores que conseguiram manter um emprego regular, o comportamento do salário foi mais favorável que o ditado pelos reajustes das categorias profissionais. E foi tanto mais favorável quanto mais no início da carreira estavam esses empregados regulares, no começo do período analisado.

Assim, na metalúrgica, o salário médio dos empregados que permaneceram na categoria por todo o período e tinham no começo do período de 25 a 34 anos e remuneração que os enquadravam no estrato formado pelos 25% logo abaixo da mediana, evoluiu de 3,9 salários mínimos de 1982 para 4,1 daqueles salários mínimos em 1988, uma diferença positiva de 4%, quando a categoria perdeu próximo de 20% no mesmo período. Já na têxtil esse tipo de trabalhador não só ganhava menos em 1982 como apresentou uma diminuição de salário que caiu de 2,7 para 2,4 salários mínimos de 1982, uma redução de 10%.

Aqui as diferenças de comportamento de salário entre os trabalhadores das diversas categorias profissionais são bem mais substanciais que a distinção entre os seus reajustes. E são diferenças que tem a ver com as possibilidades de estruturação das carreiras dos empregados, as quais estão relacionadas com o tipo de indústria e de empresa que predominam nas várias categorias profissionais.

Esses empregos regulares, entretanto, abarcam apenas 1/4 dos trabalhadores que formam as categorias profissionais e não parece haver muita diferença a esse respeito entre as categorias consideradas. Muitos trabalhadores presentes num determinado momento em uma categoria profissional mantêm-se no emprego apenas por alguns meses e na mudança de um emprego a outro com frequência trocam de categoria profissional.

Para esses trabalhadores com emprego temporário os reajustes da categoria profissional são fundamentais pois a maioria não consegue estruturar uma carreira que permita uma progressão salarial. A RAIS informa que no final de 1988, do total de

empregados da indústria de transformação na região metropolitana de São Paulo, 30% tinha sido contratado ao longo do ano 1988, outros 20% tinha sido contratado em 1987. Deste modo, metade dos empregados da indústria de transformação da Grande São Paulo no final de 1988 tinham menos de 2 anos no serviço.

Esses trabalhadores que dificilmente estabilizam a relação de emprego sofreram mais intensamente o impacto da redução dos salários provocado por reajustes insuficientes para compensar a aceleração da inflação, especialmente quando os acontecimentos econômicos e políticos foram desfavoráveis aos trabalhadores, como ocorreu nos anos 1983 e 1987.

A própria experiência dos anos oitenta também mostrou a dificuldade de recuperar perdas salariais tão grandes como as de 1983 e 1987. Para tanto são imprescindíveis um comportamento firme da produção e do emprego e que a inflação, mesmo que não seja pequena, mantenha-se num mesmo patamar sem apresentar aceleração. Nessas condições, e com um clima político favorável a atuação dos sindicatos, as diversas categorias, umas com mais êxito que outras, conseguem paulatinamente ir recuperando o poder de compra dos salários.

Na experiência de meados dos anos oitenta foi preciso manter essas condições econômicas e políticas por três anos consecutivos para recuperar uma perda de 10%, ocorrida em 1983. A redução no poder de compra dos salários em 1987 foi de 20%, o que provavelmente exigirá um período maior para sua reposição. Este, sem dúvida, foi um dos aspectos principais do que se considerou como sendo uma década perdida para o Brasil.